

Projeto Vidas Paralelas Indígena: revelando o povo Piratapuaia / Waíkhana do Amazonas, Brasil.

Proyecto Vidas paralelas indígena: revelando el pueblo Piratapuaia / Waíkhana del Amazonas, Brasil.

Project Indigenous Parallel Lives: revealing the Piratapuaia / Waíkhana people of Amazonas, Brazil.

Evelyn Nery¹

Maria da Graça Luderitz Hoefel²

Edgar Merchán-Hamann³

Denise Osório Severo⁴

Silvéria Maria dos Santos⁵

RESUMO

Este relato de experiência se refere ao povo Piratapuaia ou Waíkhana, que habita o Noroeste do Estado do Amazonas. Neste caso, mais especificamente ao componente desse grupo étnico, no município de Santa Isabel do Rio Negro. Relata-se a história do grupo étnico enfatizando sua migração do alto para o médio Rio Negro, a influência da missão salesciana e da invasão dos garimpeiros bem como a convivência com outros grupos étnicos (tukano, yanomami, entre outros). A seguir, são mostrados detalhes da organização social que

inclui a estrutura de clãs com suas hierarquias. Descrevem-se as diversas associações indígenas da região que conseguiram criar uma consciência na população do município, onde atualmente 90,0% se assume como pertencente a grupos étnicos indígenas. No que se refere à cultura, destacam-se as práticas de cura e autocuidado providas pelos benzederos. A estrutura sanitária pertence ao pólo de Sta. Isabel com um hospital e uma unidade básica de saúde, sendo que o Distrito Especial Indígena de Saúde foi ampliado para garantir cobertura ao médio Rio Negro. Porém apontam-se as dificuldades geradas pelas enormes distâncias de deslocamento.

Palavras-chave: educação indígena; saúde indígena; indígenas Piratapuaia do Brasil.

RESUMEN

Este relato de experiencia se refiere al grupo étnico Piratapuaia o Waíkhana, que habita el noroccidente del Estado del Amazonas en el Brasil. En este caso, se aborda más especificamente el componente de ese grupo étnico residiendo en el municipio de Santa Isabel do Rio Negro. Se relata la historia del pueblo

1 Estudante de Nutrição. Faculdade de Ciências da Saúde (FS) – Universidade de Brasília (UnB);

2 Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Saúde Coletiva (FS/UnB), Coordenadora do Projeto Vidas Paralelas Indígena (PVPi);

3 Doutor em Saúde Pública. Professor do Departamento de Saúde Coletiva (FS/UnB), tutor do PVPi;

4Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da UnB; Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos em Saúde Pública / NESP, tutora do PVPi;

5 Doutora em História. Professora do Departamento de Enfermagem (FS/UnB), tutora do PVPi.

Piratapuia más específicamente al componente de ese grupo étnico, en el municipio de Santa Isabel do Rio Negro. Se relata la historia del grupo étnico haciendo énfasis en su migración a partir del Alto Rio Negro para el curso medio del mismo, la influencia de la misión salesiana y de la invasión de los buscadores de oro (*garimpeiros*), así como la convivencia con otras etnias (*tukano* y *yanomami*, entre otras). Son mostrados también detalles de la organización social que incluye la estructura de clanes con sus jerarquías. Se describen las distintas asociaciones indígenas de la región que consiguieron forjar una conciencia en la población del municipio, en donde actualmente 90,0% se asume como perteneciente a grupos étnicos indígenas. Con respecto a la cultura, se destacan las prácticas de cura y auto-cuidado proporcionadas por los “*benzederos*”. La estructura de sanidad pertenece al polo de Sta. Isabel, con un hospital y una unidad básica de salud, siendo que el Distrito Especial Indígena de Salud fue ampliado para garantizar la cobertura al medio Rio Negro. Sin embargo, se señalan las dificultades generadas por las enormes distancias de desplazamiento.

Palabras clave: educación indígena; salud indígena; indígenas piratapuia del Brasil.

ABSTRACT

This experience report approaches the Piratapuia or Waikhana ethnic group settled at the northwestern state of Amazonas in Brazil. The ethnic group component settled at the municipality of Santa Isabel de Rio Negro is addressed in more detail. The history of the Piratapuia people is narrated with emphasis on the migration from the upper to the middle reaches of Rio Negro, the

influence of the Salesian mission, the invasion of gold prospectors (*garimpeiros*), and their coexistence with other ethnic groups (*tukano*, *yanomami*, among others). The details of their social organization are shown including their clan structure and hierarchy. Different indigenous associations of the region are described, which managed to build awareness in the municipality population, 90% of which is currently assumed to belong to indigenous ethnic groups. Regarding culture, healing and self-care practices provided by “*benzederos*” are singled out. Health care is provided by the Sta. Isabel center, with a hospital and a basic health unit where the Special Indigenous Sanitary District was extended to ensure coverage to the middle reaches of Rio Negro. Nevertheless, the difficulties arising from the tremendous distances to cover are specified.

Key words: Brazilian indian education; Brazilian indian health; Brazilian piratapuia indians; Brazil first nations.

INTRODUÇÃO

O Povo Piratapuia denominado também Waíkhana, constitui o grupo indígena que habita o Noroeste do Estado Amazonas, no médio Papurí, no baixo Uaupés bem como a Colômbia. Sua língua pertence à família Tucano Oriental. Muitos migraram e vivem nas áreas indígenas do alto, médio e baixo Rio Negro, Rio Téa, Taracua e Yauareté, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e também na capital do Estado, Manaus. São aproximadamente 1.433 indígenas¹. Tal número é expressivo, e faz parte de um coletivo maior de etnias indígenas com as quais os Piratapuia convivem em estreito contato na região do Rio Uaupés constituindo,

ao todo, 17 povos que se distribuem entre a Colômbia e o Brasil. A população total estimada para 2001 era de 11.130 no Brasil (em 2001) e de 18.705 na Colômbia (em 2000)².

Na tradição oral, o povo piratapuaia é descendente de um ancestral chamado Keney e criados por um ser mitológico chamado *Wanalĩ Hõãkhi* conhecido como *lhpó Kõãkhi*, na casa de *lhtãbohowi* (pedra quartzo). *Wanalĩ Hõãkhi* estando só, pensou e pela fumaça do cigarro soprou o espírito do criador de gente, colocou-o em cuias e as tampou. Passado o tempo, nasceram pequenos peixes dentro das cuias. Daí vem a história e a denominação étnica *Waikhanaque* significa “peixe gente”.

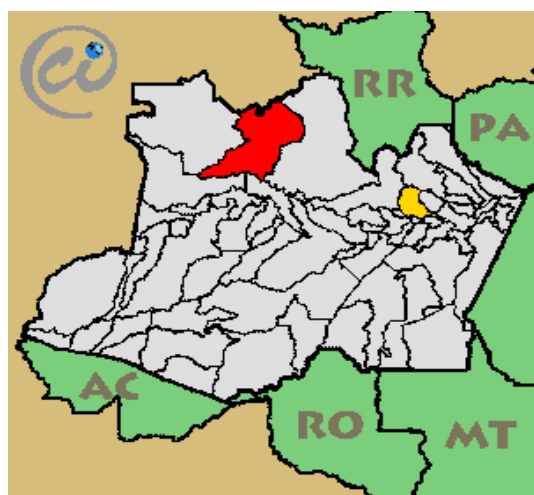


Figura 1. Estado do Amazonas e município de Sta. Isabel do Rio Negro (em vermelho).

Santa Isabel do Rio Negro (figura 1) é um município com uma população de aproximadamente 18.146 habitantes³, dos quais 90% são indígenas de diversas etnias. Possui uma área de 62.846 km² (IBGE, 2010) e faz fronteira com Barcelos e São Gabriel da Cachoeira. O município é quase todo ocupado por território indígena e nele ficam localizados o Pico da Neblina e o Pico 31 de Março, os dois pontos geográficos mais altos do país e sua vegetação é típica da bacia amazônica

(figura 2).



Figura 2. Paisagem no município de Sta. Isabel do Rio Negro (AM).

Sete Terras Indígenas têm suas respectivas porcentagens dentro do município de Santa Isabel. O Médio Rio Negro I ocupa 1,64% de Santa Isabel; o Médio Rio Negro II, 0,8%; Rio Téa, 5,2%; Rio Uneuxi, 7,8%; Paraná Boa Boa, 1,1%; Yanomami, 24,4% e Maraã / Urubaxi, 1,1%. Porém, a porcentagem de terras indígenas do município deverá aumentar nos próximos anos, pois está em curso um processo de identificação pela FUNAI de novos territórios. O restante do território, 57,9% de sua extensão, divide-se em: Floresta amazônica, Parque Nacional Pico da Neblina e uma Área de Proteção Ambiental municipal de Tapuruquara. Dentro das fronteiras do município de Santa Isabel, além da sede municipal, existem nove aldeias Yanomami, outras 42 comunidades⁴.

Vale a pena esclarecer que o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (APA) é uma iniciativa do Governo Federal Brasileiro, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), cuja missão é proteger a biodiversidade da Amazônia e promover

o desenvolvimento sustentável. A APA de Tapuruquara é uma Unidade de Conservação municipal. Foi idealizada e criada em 2002 e levou à realização de um curso de formação de fiscais do meio ambiente, à construção de quatro postos de fiscalização localizados na foz de afluentes do rio Negro e à restauração de um edifício histórico na cidade. Até o presente, a existência dessa APA faz com que a prefeitura mantenha certa fiscalização da entrada de pescadores de peixes ornamentais e comerciais nos rios e lagos que pertencem ao município. Os quatro postos de fiscalização existentes foram recentemente restaurados pela prefeitura.

Memória

As populações das comunidades são majoritariamente indígenas e multiétnicas, formadas por famílias de outras regiões do Brasil, por famílias da própria região ou que vieram do Alto Rio Negro. Essa complexa configuração étnica e geográfica, característica da região, é o resultado de uma longa história de contato dos grupos indígenas do rio Negro com os diferentes agentes da colonização: missionários (jesuítas, carmelitas e salesianos), militares, comerciantes e trabalhadores oriundos de outras regiões do Brasil, que migraram para trabalhar nas “empresas” de extração de seringa, castanha e outros produtos. Santa Isabel do Rio Negro foi o ponto mais remoto em que se localizou uma sede da famosa casa comercial J.G. Araújo, que aviava uma rede de seringalistas no curso do rio Negro até meados da década de 1950 ⁴.

A época do auge da economia extrativista no rio Negro, o chamado “boom da borracha”, que corresponde ao período entre o final do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX,

fornece elementos bastante importantes para explicar a configuração étnica da população atual, apesar de tratar-se de um período ainda pouco pesquisado. Foi exatamente neste período que muitos grupos indígenas do alto rio Negro, bem como trabalhadores oriundos do nordeste do Brasil foram levados para os seringais do médio rio Negro. Ademais, na primeira metade do século XX, com a chegada dos missionários Salesianos, iniciou-se um processo de instalação de grandes centros missionários em toda região do rio Negro. Em Santa Isabel, a Missão Salesiana foi fundada em 1942 ⁴.

Com o centro missionário funcionando, mesmo após o declínio da extração da borracha, o movimento de descida da população indígena do alto rio Negro continuou. Famílias migravam rio abaixo para reencontrar parentes e, comumente, alegavam que as condições de vida na região do médio rio Negro eram melhores, por três motivos: a) a possibilidade de trabalho nas “empresas” extrativistas, que bem ou mal sobreviviam; b) a abundância de peixes da região; e, c) a possibilidade de estudo para os filhos na escola da missão salesiana ⁴.

Interessante salientar que há anos, no período entre 1946 a 1956, chegou à sede do município de Santa Isabel, a maior parte do contingente Piratapuia. O povo Piratapuia é um grupo indígena cuja região de ocupação no Brasil é a bacia do Rio Uaupés, no alto rio Negro. Boa parte das famílias Piratapuia que residem em Santa Isabel atualmente descendem de um grupo dessa etnia que chegou ao médio rio Negro por estímulo de missionários salesianos nas décadas os anos de 1940 e 1950 e parecem ser o grupo do alto rio Negro que há mais tempo reside na sede municipal. Por outro lado,

boa parte da população tukano, grupo indígena também oriundo da região do Uaupés, chegou à Santa Isabel duas décadas depois da chegada dos Piratapuia, entre 1976 e 1966⁴.

Dos vários grupos indígenas existentes em Santa Isabel, há uma forte presença Tukano e Baniwa, boa parte da qual é oriunda das comunidades do alto rio Negro, principalmente das calhas dos rios Uaupés e Içana. Entretanto, em alguns casos, conforme as fontes consultadas (ISA / FOIRN / ACIMRN), existe uma certa concentração étnica nos diferentes bairros de Santa Isabel. No bairro Santa Inês, por exemplo, o mais antigo, reside a maioria dos Arapasso (53%), bem como uma boa parte dos Piratapuia (42%)⁴.

Organização.

Cada comunidade conforma uma unidade sócio-política autônoma, com seu próprio “administrador” – tipo de capitão ou *tuxaua* – e, em geral, um santo padroeiro. Entre as comunidades, há um consenso na divisão das áreas de uso destinadas ao cultivo de roças e à construção de moradias para cada família residente. Há, no entanto, lagos, igarapés e paisagens de recursos (piaçabais e/ou castanhais, por exemplo) de uso compartilhado entre moradores de comunidades vizinhas e moradores da sede municipal que praticam a pesca ou atividades extrativistas⁴.

Na última década do século XX, o município de Santa Isabel do Rio Negro, passava por um processo de transformação sócio-político-cultural. Nos primeiros anos da década de 1990 houve uma grande invasão garimpeira entre a foz do rio Marié e a cidade de Santa Isabel. Os garimpeiros foram expulsos do rio Cauboris

(área indígena dos Yanomami) e então ficaram na calha do rio Negro. E os impactos socio-ambientais dessa invasão foram diversos, como a introdução de um grande contingente de pessoas oriundas de outros locais do país, aumento de entrada de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas, degradação dos canais naturais de navegação, manifestações de violência com surgimento de cadáveres no rio, mortes por arma de fogo à luz do dia, roubos, encarecimento dos preços dos alimentos e demais produtos de primeira necessidade, prostituição, e contaminação do rio por mercúrio⁵.

Os garimpeiros não tinham nenhum interesse no melhoramento da qualidade de vida da população e perseguiram somente o ouro. Para fazer frente a essa invasão foi necessário uma grande mobilização de várias instituições entre elas a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), o IBAMA, a Polícia Federal e a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro. O resultado dessa parceria foi a expulsão dos garimpeiros do rio Negro a meados de 1993⁵.

No sentido de garantir a preservação sócio-político-cultural das populações que lá moravam, houve a mobilização para discutir a possível identificação, demarcação e homologação daquelas terras, tendo em vista que a população dessas comunidades era indígena e precisava da garantia constitucional dos seus direitos. Foram realizadas grandes mobilizações que resultaram na formação de uma das primeiras organizações indígenas no médio rio Negro, a Comissão de Articulação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas (CACIR), em 1992, sediada na comunidade indígena de Uábada II, na Ilha de Uábada.

Na sede do município só aconteceu a primeira grande assembléia indígena em 1994, que resultou na formação da segunda organização indígena sediada na cidade, a Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro (ACIMRN), presente até momento. Essas mobilizações tiveram apoio do Centro Indigenista Missionário (CIMI), da FOIRN e apoio local da comunidade dos padres Salesianos. As organizações formadas assumiram o compromisso de lutar pela garantia dos direitos indígenas, pela demarcação das terras, a educação, saúde e valorização cultural^{5,6}.

Com o movimento indígena no município de Santa Isabel do Rio Negro foi possível enumerar avanços e desafios. Os avanços não são muito perceptíveis, mas, representam importantes passos na preservação sócio-político-cultural das populações indígenas do município. Dentre eles podemos citar: a) a organização das comunidades de Santa Isabel do rio Negro em associações indígenas; b) a demarcação das terras indígenas Médio Rio Negro I, II e rio Tea; c) a construção das estruturas físicas da ACIMRN e CACIR; d) a aquisição de equipamentos para as associações (canoa de alumínio, motores de popa, rádios de comunicação, computador); e) a articulação de parcerias com o Instituto Socioambiental (ISA), ACT Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e outras Instituições de pesquisa científica; f) a criação de 28 escolas indígenas; g) a realização do Levantamento Socioambiental na cidade de Santa Isabel em parceria com o ISA, FOIRN em 2006; h) a identificação de novas terras indígenas; i) a realização de expedição de declarações e carteiras indígenas para fins de

estudos, aposentadoria e demais necessidades. Esclarecemos que a Equipe de Conservação da Amazônia – ACT Brasil é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) voltada para proteção biocultural da Amazônia e dos povos que nela residem. Sua missão objetiva o fortalecimento das comunidades tradicionais e a conservação do meio ambiente.

Entre as realizações da ACIMRN, o Levantamento Socioambiental realizado na cidade de Santa Isabel foi de fundamental importância, pois, mostrou que aproximadamente 90% dos habitantes declararam pertencer a uma etnia indígena, dentre eles: Tukano, Piratapuaia, Baniwa, Baré, Tariano, Desana, Arapasso, Tuyuca, Cubeo e Curipaco⁵.

Estudantes indígenas na educação superior

A estimativa feita em 2006 pelo ISA/Foirn/ACIMRN apontou uma população total para o município de 9.974 habitantes, com 5.648 (56,6%) na sede e 4.326 (43,4%) nas comunidades rurais da floresta, das quais 1.326 (13,3%) em comunidades Yanomami⁷ e cerca de 3.000 nas demais comunidades (30,1%). Até 2006, dos 5.648 moradores de Santa Isabel, o número de pessoas com curso de nível superior completo ou em formação foi 163, ou seja, apenas 1,1% do total populacional⁷.

Santa Isabel não tem Campus universitário; portanto, grande parte dos jovens que fazem o ensino superior estudam na capital ou nos pólos localizados em alguns municípios do Amazonas e também fora do Estado. Atualmente já existe alguns cursos ministrados à distância e presencial em Santa Isabel, os

quais não são da área de saúde.

Segundo os dados gerais encaminhados pelas regionais da FUNAI à Coodenação Geral de Educação (CGE), foi repassado o número de estudantes reconhecidos como indígenas nas universidades, os quais recebem algum tipo de apoio da FUNAI. Foi possível encontrar um total de 14 estudantes Piratapuaia, dos quais um se encontra na Universidade de Brasília (UnB – no curso de Nutrição), dois na Universidade Federal do Amazonas (UFAM- nos cursos de Sistemas de Informação e Administração), dois na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT - cursos de Engenharia de Computação e Biblioteconomia), e nove na Universidade do Estado do Amazonas (UEA - quatro na Pedagogia, um na Enfermagem, um em Administração, um em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, um na Engenharia e um em Direito). Destes, quatro estudantes são de Santa Isabel do Rio Negro, sendo apenas dois do curso da área de saúde (nutrição e enfermagem). Vale anotar que existem outros estudantes indígenas de Santa Isabel fazendo outros cursos, mas que não são contabilizados nos dados da FUNAI.

Dentre as dificuldades identificadas, destacamos que a UFAM não possui sistemas de cotas para indígenas na graduação, e os mesmos existem apenas nos programas de mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia e em Antropologia Social. O sistema de cotas em Antropologia Social foi aplicado em 2010, quando dois estudantes indígenas ingressaram. Em 2011, outros quatro indígenas entraram ⁸.

Na graduação, apenas a UEA possui o sistema de cotas. Desde 2005, 439 indígenas entraram por este sistema nesta universidade e

até março de 2011, 30 se formaram. Os cursos com maior demanda são os da área de Ciências da Saúde, como Medicina, Enfermagem e Odontologia.

No curso de Pedagogia Intercultural Indígena, estudam 745 indígenas de 32 etnias. A maioria dos estudantes da instituição é proveniente da região do Alto Rio Negro, área que tradicionalmente sempre esteve vinculada ao sistema educacional tradicional ⁸.

Cultura

O povo Waikhana é formado por vários clãs (grupos emparentados). O primeiro grupo é o de Keney, que viveu num lugar chamado Kainpá. Segundo a história, este se comportou como “o cabeça” i.e., veio puxando o resto do grupo. Com ele estavam seus irmãos menores, Busanõñõ, Wehetaha-dari e Weheta-daa. Estes se espalharam para as redondezas, nas margens dos Rios Macucu e Papuri. Fundaram seu território definitivo, abrangendo os quatro grupos, sendo os dois principais o Ti Wamisimia (ao qual pertencem os Wetada, Waikhen, Yalin Pedo, Diami, Manu, Yenkantodo) e Ti Ba’na E Yenkisimia (ao qual pertencem Wetada Bauegi, Yupupe, Yikipen, Manuyiastu, Ye poaly, Bikudoa). Na estruturação dos clãs, quando se pertence ao primeiro grupo, que é do irmão mais velho, o indivíduo será mais respeitado, manterá mais elevada sua posição hierárquica, e terá mais poder nas decisões para a construção da família.

Neste contexto, os indígenas tradicionalmente são criados para conviverem com outras pessoas, quer seja em pequenas famílias (núcleo familiar) ou em grandes famílias (comunidades, etnias). Seus avôs os

ensinam que os membros da mesma etnia são considerados uma família e os casamentos tradicionalmente tinham que ser com as mulheres de outras etnias; por exemplo, a mãe dava a sua filha para o sobrinho filho do seu irmão. Isto é apenas um exemplo da complexidade da organização social do parentesco dos povos do noroeste amazônico, dos quais os indígenas do grupo lingüístico tucano oriental fazem parte. A formação de grupos de descendência patrilinear e exogâmicos tem sido descrita por Cabalzar e Grünberg⁹, o que explica os múltiplos contatos interétnicos tradicionais.

Atualmente os relacionamentos interétnicos e interculturais aumentam. Os parentes casam com pessoas com as quais antes não tinham contato. O critério que prevalece nestes casamentos é o “amor”, deixando de lado o critério étnico-parental. Muitas mulheres preferem casar com gente desconhecida e não-indígena.

Devido à influência dos missionários, muitos membros da etnia deixaram de falar suas línguas de origem. No entanto, ainda existem indígenas que falam frequentemente no ambiente familiar as línguas Tucano, Nheengatu e Baniwa. Na região do médio Rio Negro são poucos os que ainda sabem língua piratapua que é falada apenas pelos idosos de algumas famílias. A língua tucana é falada geralmente por crianças de filhos de pai piratapua e mãe tucana devido a que a mãe só fala a língua tucana, mas algumas crianças entendem a língua piratapua. O português é língua falada por todos os indígenas e é utilizada para a comunicação com os não-indígenas¹⁰.

Como tradição, anos atrás, cada etnia tinha

obrigação social e econômica de ajudar outros povos, mediante o sistema de trocas ou ainda em festas de oferendas (Festa de Dabucuri). A dança mais comum é o *caricú* (figura 3). Entre os enfeites usados destacam-se os *mahapoari* que pode ser colocados nas pernas, tornozelos, como braçaletes e como brinco, e que também são usados por outras etnias. Os instrumentos usados em cerimônia são: a cuia do *ipadu* (*patu*), banco (*kumunó*), *Yaii* (dois bastões um maior e outro menor). O *Yaii* não só representa um instrumento de cerimônia, mas é um objeto que liga a terra ao céu. Todo esse material era usado por Keney, para dançar e alegrar com os irmãos menores. Keney, como irmão maior, era a pessoa que planejava e organizava a vida e o bem estar de seus irmãos e era muito respeitada sua decisão. Atualmente não é tão valorizada esta tradição do passado que se está esquecendo.



Figura 3. Dança ritual piratapua.

A alimentação é baseada na agricultura de subsistência. Consomem-se principalmente derivados da mandioca (figura 4), tais como farinha, maçoça, tapioca, beijú. Consomem-se também frutas: banana, açaí, pupunha, castanha, abacaxi, e tubérculos (batata doce, cará), bem como cana e “frutas do mato” regionais como uixi, ucuqui, inajá, tucumã, cucura. Preparam-se carnes de galinha caipira,

peixe e às vezes carne de caça (tatu, porco do mato, cutia, paca).



Figura 4. Torragem da farinha de mandioca.

Tradições e Saúde.

Em qualquer povo indígena é comum a existência de Benzedores. Os benzedores são homens destinados, iluminados, capacitados para criar os benzimentos e com a capacidade de se sintonizar com as forças das divindades. Considera-se que o benzedor é uma pessoa que respeita a pessoa do outro, sendo conhecedor da formação de outras etnias e se sente responsável para benzer, além de curar as doenças de outras pessoas.

Cada povo tem o pajé, membro muito importante na estrutura étnica, sendo especialista nos benzimentos. Considera-se que ele é o homem que conhece o funcionamento do mundo, que descobre a origem da doença e possui a força para expulsar as dores e doenças com os ritos de jogar água no corpo da pessoa e “aspirar / chupar” com a sua boca as dores / doenças.

O benzimento, que é produção humana é um dos cuidados que ainda prevalece, sendo considerado como uma riqueza das culturas indígenas, patrimônio e herança legada por

seus antepassados. O benzimento está ligado com a vida da pessoa, sua saúde, seu bem-estar e o do grupo e a comunidade. Funcionam para as pessoas que acreditam no poder superior a nós mesmos, na força além da humana e da materialidade. Envolvem forças invisíveis que os protegem e curam.

Nos benzimentos, o gesto mais importante é o soprar i.e., jogar o ar sobre o material, pois junto com o ar passa a força. E realizado em bebidas como mingau, suco, chibé, líquido de ervas; em comidas, como peixe, carne de caça, pimenta, beiju, farinha, frutas, insetos; em cigarro; no Breu e em Folhas. Alguns são realizados no dia-a-dia e outros apenas dentro de grandes cerimônias. É frequente principalmente durante a gravidez, no nascimento, nos dias de resguardo, no preparo do primeiro banho da criança e a mãe após o parto e também no alimento a ser ingerido pela mãe, principalmente se for peixe. Há diferenças entre o benzimento realizado para meninas e meninos. O mais usado até hoje é o benzimento da menina na sua primeira menstruação que é feito principalmente no alimento que ela irá consumir. O benzimento também pode ser feito para a casa e o trabalho para afastar todo mal, principalmente a inveja.

Atualmente ainda são utilizadas como remédio caseiro, as plantas medicinais, às quais a maioria dos indígenas recorre, fazendo algum preparo de folhas, cascas ou raízes. Somente quando não tem efeito o benzimento e nem as plantas, é que os indígenas procuram o hospital.

Contexto sanitário.

Desde 1998, o movimento indígena do

Médio Rio Negro, com apoio da Foirn, está lutando pelo reconhecimento de seus territórios de ocupação e uso tradicional nos municípios de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Pode se dizer que o Governo Federal, por meio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA / Ministério da Saúde), subsidiado por um levantamento antropológico viabilizado pela Foirn e associações de base – Asiba e ACIMRN –, reconheceu a existência de comunidades indígenas em Santa Isabel e Barcelos e ampliou o DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena) Rio Negro à região do médio Rio Negro ¹⁰.

Existe o Conselho Indígena de Saúde. Este representa à nível nacional os povos indígenas do estado e se encontra articulado aos demais conselhos de outras regionais. Os membros das comunidades tem sua participação dentro dos Conselhos Locais de Saúde, que encaminham as demandas para o Conselho Distrital de Saúde Indígena.

O atendimento é distribuído por pólo, composto por uma equipe multiprofissional, formado por médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos de enfermagem, bem como o agente indígena de saúde da comunidade. A maioria dos técnicos são indígenas de Santa Isabel e os não indígenas são os médicos e dentistas de fora. Vale ressaltar que esta equipe se reveza de 15 em 15 dias entre a comunidade e a cidade. Quando tem um caso grave nas comunidades ribeirinhas, o deslocamento é demorado pois viajam de barco até a cidade. Tal demora faz com que algumas vezes haja piora do estado do paciente no decorrer da viagem, chegando grave ou morto no hospital. Em Santa Isabel, existe apenas um hospital e um posto de saúde que atende a toda a população. Muitas vezes não é suficiente porque não tem os recursos

necessários, tendo que encaminhar pacientes para a capital.

CONCLUSÃO

Em 1999 um conjunto de pesquisas sobre a diversidade da Amazônia e projetos do Ministério do Meio Ambiente foram reunidos e organizados por região em um Seminário chamado Consulta Macapá. Nessa ocasião avaliou-se as prioridades de ações e pesquisas para a conservação ambiental e proteção dos direitos sociais das mais diversas regiões da Amazônia. O seminário classificou a região de Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos como sendo de ‘alta prioridade’, e recomendou que fossem realizados estudos socioambientais, projetos de fiscalização, elaboração de planos de uso sustentável e serviços ambientais dos ecossistemas, bem como a criação de áreas protegidas ¹⁰.

Portanto, o Médio Rio Negro, municípios de Santa Isabel e Barcelos, devido a sua diversidade socioambiental e integridade de suas paisagens naturais, é considerado uma região de alta prioridade para conservação. Nos últimos dez anos esse fato tem orientado algumas iniciativas de fomento, como a criação e redefinição de Unidades de Conservação por parte dos municípios de Santa Isabel (APA Tapuruquara) e Barcelos (APA Mariuá). Há envolvimento do governo do Estado do Amazonas, de instituições não governamentais (ONGs), do próprio Ministério do Meio Ambiente (a região foi incorporada ao “Corredor Ecológico Central da Amazônia”) e da FUNAI, que em 2007 criou dois Grupos de Identificação (GTs) de Terras Indígenas (Tis) respondendo a antigas solicitações do movimento indígena local ¹⁰.

Atualmente a região do rio Negro é uma das mais conservadas na Amazônia. Isso se deve a vários fatores relacionados à história de ocupação de baixo impacto ambiental pelas populações tradicionais, às suas características socioambientais e, mais recentemente, à criação de Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs). Foi na década de 90 que, no Alto Rio Negro, o movimento indígena conquistou a demarcação de um conjunto de Tis e na porção baixa da bacia, foram criadas Ucs de proteção integral e de uso sustentável. Enquanto isso no Médio Rio Negro restou um vazio de providências em relação às demandas sociais por direitos territoriais e à criação de áreas para a conservação ambiental. Ao mesmo tempo se intensificaram as atividades econômicas de pesca ornamental e de peixes comestíveis, e surgiram novas modalidades de empreendimentos como a pesca esportiva e a implantação de hotéis de ecoturismo ¹⁰.

Embora seja visível o avanço do Movimento Indígena no município, alguns desafios precisam ser superado. Entre eles, pode ser citada a ausência de apoio financeiro institucional para as associações indígenas. Esse apoio poderia dar maior mobilidade e dedicação exclusiva das lideranças ao movimento indígena, pois, atualmente, a maioria dos membros da diretoria divide seu tempo com o dedicado a empregos públicos.

Um fato evidente que demonstra os avanços do Movimento Indígena no município de Santa Isabel do Rio Negro está relacionado com a identidade étnica: a autodeclaração de pertencimento a uma etnia indígena decorre de ações do Movimento Indígena na cidade, onde até a década de 1980, não se falava na existência de indígenas. Mesmo existindo, não

se reconhecia; hoje é possível afirmar que a grande maioria da população pertence a grupos étnicos indígenas (figura 5).



Figura 5. Lideranças indígenas em Sta. Isabel do Rio Negro (AM).

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas, é a financeira. Sem auxílio, eles desistem da faculdade. Há muita desistência, porque os estudantes que passam no vestibular, quando chegam na universidade não têm onde morar, já que estes se deslocam da casa de seus pais. Muitos não têm ajuda financeira porque os pais são agricultores. Seria importante que estes estudantes continuassem na universidade pelo potencial de contribuição para a sociedade e em especial, para sua comunidade. Portanto, as instituições de ensino precisam se adequar às diferenças e se mobilizar para identificar estas diferenças, além de dar apoio aos indígenas.

REFERÊNCIAS

1. Instituto Socioambiental - ISA. Povos Indígenas no Brasil. Quadro geral – Pira-Tapuya. Acessível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/quadro-geral>. Acessado em 25/11/2011.
2. Instituto Socioambiental - ISA / Programa Rio Negro. Povos Indígenas no Brasil – Pira-Tapuya. Acessível em: <http://>

pib.socioambiental.org /pt/povo/pira-tapuya. Acessado em 25/11/2011.

3. Brasil – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011. Municípios brasileiros - Dados do Município Sta. Isabel. Estimativas em novembro de 2011. Acessível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa_2011/tab_municipios-TCU.pdf. Acessado em: 15/12/2011.

4. ISA / SIRD. Plano de etnodesenvolvimento do Território Rio Negro da Cidadania Indígena. 2009. Em: http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_qua_territorio136.pdf. Acessado em 12/12/11.

5. Pereira EF. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB. Santa Isabel do Rio Negro – AM é 90% indígena. 2008. Em: <http://www.coiab.com.br/coiab.php?dest=show&back=artigo&id=278&tipo=A&pagina=2>. Acessado em 20/11/2011.

6. Luciano GJS. Escola Indígena para manejo e domesticação do mundo: os desafios da educação escolar indígena no Alto Rio Negro. Tese de Doutorado. 2010. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília.

7. Dias C, Andrello G, Alves R. Pesquisa sócio-econômica e demográfica da população de Santa Isabel do Rio Negro. In: ISA Relatório Anual de Atividades – 2006. Plano Trienal 2005-2008. Disponível em: http://www.socioambiental.org/inst/docs/rel_ativi/relatorio2006_2.pdf. Acesso em 20/11/2011.

8. Farias E. Indígenas do Amazonas

querem divulgar conhecimento dentro das universidades. Grupo de estudantes indígenas cria o Colegiado Indígena, formado por alunos de mestrado da UFAM e graduandos da UEA. Entrevista com João Paulo Barreto, pós-graduando indígena Tukano. Laboratório de Estudos em Movimentos Étnicos (LEME). Acessível em: http://150.165.111.246/leme/index.php?option=com_content&view=article&id=50%3. 2011. Acessado em 20/11/2011.

9. Cabalzar & Grünberg. 2003. vide material Processos de autonomia e desenvolvimento nas regiões do Alto e Médio Rio Negro, Amazonas, Brasil. Relatório. Projeto Latautonomy. Disponível em: http://www.latautonomy.org/InformeNacional_Brasil.pdf. Acessado em 20/12/2011.

10. Dias C. Ordenamento territorial é condição para desenvolvimento sustentável do Médio Rio Negro. Boletim Rio Negro Socioambiental (ISA) número 3. Ordenamento Territorial Médio Rio Negro. 2010. Disponível em: <http://rederionegro.socioambiental.org/node/89>. Acesso em 20/11/2011.